

GOVERNO ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NOS WEBSITES DOS DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

José Carlos Sales dos Santos*
Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva**

RESUMO

As tecnologias da informação e comunicação potencializam, a partir da internet, um espaço para a discussão e deliberação política, aproximando cidadãos e governos através de recursos interativos como *e-mails*, fóruns, ouvidoria *on-line*, *chats* e outros. Observa-se, desta forma, o crescente esforço e investimento dos governos e representantes políticos em organizar, gerenciar e disponibilizar informações de interesse público na *web*, constituindo o Governo Eletrônico. Destarte, o objetivo deste artigo pretende investigar as condições de participação política dos cidadãos a partir das ferramentas interativas disponibilizadas nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia. Com o caráter descritivo, esta pesquisa procurou identificar apenas os *sites* dos deputados registrados na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA. Na tabulação dos dados, adaptou-se o quarto nível do formulário *Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escola de Avaliação* – proposto por Marques (2007), para uma planilha no programa *Office Excel* e, para a discussão destes, utilizou-se a análise quali-quantitativa resultados parciais desta pesquisa de mestrado, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia – PPGCI/UFBA inferem o estado incipiente dos *websites* dos deputados do Estado da Bahia quanto às oportunidades de participação política em rede, distando dos princípios que regem o governo eletrônico.

Palavras-chave: Governo Eletrônico. Participação Política. Assembléia Legislativa do Estado da Bahia – ALBA.

* Mestrando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.
postalsalles@gmail.com

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia.
rubensri@ufba.br

I INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação – TIC revela, na contemporaneidade, transformações substanciais no *modus operandi* dos diversos aspectos que constituem uma sociedade, como a economia e a política. A internet configura-se como uma rede profícua para a transferência de conteúdos e para a geração de atividades tradicionalmente relacionadas ao desenvolvimento humano, como a saúde e a educação, por exemplo, para

uma cultura cibernética (ou cibercultura), que dinamiza processos informacionais e viabiliza a produção e o compartilhamento de conteúdos informacionais a partir de computadores interconectados. Estas transformações reconfigura, sobretudo, o processo das relações sociais por aproximar virtualmente os indivíduos outrora dispersos no espaço geográfico.

O avanço da internet ocasiona, mormente, efeitos diretos nos setores públicos e na sociedade civil. Segundo Pinho (2008), essas consequências

reformulam atividades governamentais no acesso à informação disseminada pelo Estado, na ampliação da transparência informacional das atividades do governo, nas possibilidades de articulação e cobrança de serviços do setor público, entre outros. Os cidadãos, desta forma, passam a contar com canais informativos disponibilizados diretamente pelos governos, preterindo o crivo ideológico das organizações detentoras dos tradicionais meios de comunicação.

Como consequência, a internet tornou-se objeto de especulação no campo político. Com o potencial de interatividade e compartilhamento em rede, os governos procuram disponibilizar para os cidadãos condições diversas para o acesso às informações governamentais, visando a resolver (em tese) o déficit de participação política dos indivíduos - importante iniciativa para a consolidação do processo democrático. Destarte, o governo eletrônico (e-gov, e-governo), a partir das tecnologias de informação, assiste ao desenvolvimento de *sites* restritos à disseminação de informações produzidas pelos governos, objetivando a aproximação e a interação com os cidadãos (GONTIJO, 2002). Este processo, segundo a autora, compreende a democratização do acesso à informação, a universalização na prestação de serviços públicos e a redução das desigualdades sociais e regionais. A partir desses pressupostos, este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa de mestrado, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia - PPGCI/UFBA, que tem como objetivo investigar as condições de participação política dos cidadãos, a partir das ferramentas interativas disponibilizadas nos *websites* dos deputados do Estado da Bahia.

Nas seções que compõem o texto, discute-se, a seguir, com brevidade, a relação entre governo e cidadãos a partir do denominado Governo Eletrônico; em seguida caracterizamos a Assembléia Legislativa do Estado da Bahia - ALBA; na sequência apresentamos os métodos e técnicas adotados na pesquisa e reunimos alguns dados já coletados, compartilhando alguns resultados parciais.

2 GOVERNO ELETRÔNICO E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMAÇÕES ENTRE GOVERNOS E CIDADÃOS

A internet desvencilhada dos *ciberentusiasmados*¹ apresenta vantagem à participação política. Gomes e Maia (2008, p.307-313) elencam sete pontos importantes dos “novos” meios de comunicação para a democratização, sintetizados abaixo:

- a) superação dos limites tempo/espaço para a participação política;
- b) expansão e qualidade do estoque de informação *online*;
- c) comodidade, conforto, conveniência e custo;
- d) facilidade e extensão de acesso;
- e) sem filtros e nem controles;
- f) interatividade e interação;
- g) oportunidades para vozes minoritárias ou excluídas.

Com a vantagem de custos baixos e maior rapidez na disseminação da informação, parece existir um crescente esforço e investimento dos representantes políticos em disponibilizar conteúdos informacionais de interesse público através da *web*, característica observada no crescimento considerável de *websites* governamentais para, em tese, ampliar a participação popular.

Giddens (2001, p.83), dissertando sobre a relação do Estado com a sociedade civil, afirma que este primeiro:

[...] deveria expandir o papel da esfera pública, o que significa reforma constitucional dirigida para maior transparência e abertura, bem como introdução de novas salvaguardas contra a corrupção, [pois] os governos e cidadãos vivem agora cada vez mais num único ambiente de informação.

¹ Gomes e Maia (2008, p. 314) afirmam que “o adversário em geral é menos a internet e mais a retórica sobre a internet”. Os *ciberentusiasmados* afirmavam que a internet reverteria o déficit relacionado à participação política, revigorando o processo democrático. Nesta mesma linha, Tsagarousianou, Tambini e Bryan (1998, p.42) também acreditam que a tecnologia “ressuscitaria o declínio da participação cidadã na vida política, [redefinindo] a política local” [tradução nossa], através do acesso à informação relacionada aos aspectos políticos e no processo de deliberação.

Com a estruturação da internet no Brasil na década de 1990, os governos incorporaram à Administração Pública as tecnologias de informação e comunicação para garantir e alargar a qualidade dos serviços governamentais. Engendrados no poder de inserção e circulação, tornou-se imperativo alinhar as TIC às práticas políticas visando à redução dos custos, prestação das contas aos cidadãos e acesso aos conteúdos informacionais e serviços governamentais, constituindo o Governo Eletrônico. Observa-se, no entanto, que alguns governos utilizam os recursos viabilizados pela internet de forma limitada, amadora, sem interatividade mútua, como autêntica “vitrine” política.

Pinho (2008) entende Governo Eletrônico como recorrência a equipamentos e procedimentos advindos da informática e comunicação eletrônica que visam a disponibilizar informações e serviços governamentais aos cidadãos. Para o autor, a

implantação do Governo Eletrônico está restrita à instalação de portais governamentais para ampliar a eficiência do governo, assim como para o acréscimo da transparência e da participação da sociedade civil no governo.

O Governo Eletrônico na concepção de Barbosa, Faria e Pinto (2004) condiz ao aproveitamento das tecnologias da informação para a prestação de serviços públicos, reconfigurando a interatividade entre governo-cidadão, governo-empresa e governo-governo. As relações entre governos e cidadãos, de acordo com os autores, propiciam mudanças na gestão pública a partir das políticas públicas centradas na eficiência, transparência das atividades governamentais e profissionalização dos servidores e gestores públicos. Estes autores ainda apresentam o modelo de referência que explora quatro categorias de relacionamento entre o governo e a sociedade, conforme registrado na tabela abaixo:

QUADRO 1 - Categorias de relacionamento entre governo e sociedade

Categoria	Caracterização
G2B - Governo-Empresas	Caracterizada pela interação do governo com as empresas do setor privado na troca de informações e processamento de transações eletrônicas, buscando reduzir no máximo as barreiras para se fazer negócios com o governo;
G2C - Governo-Cidadão	Caracterizada pela interação do governo, de forma ampla e completa, com o cidadão, provendo a ele informações e serviços públicos que atendam as suas necessidades de contribuinte, proporcionando ao cidadão os papéis de controlador das ações de governo, beneficiário e usuários dos serviços públicos ao longo do ciclo de vida - infância, adolescência, maioridade, terceira idade;
G2E - Governo-Servidor Público	Caracterizada pela interação do governo com os funcionários do serviço público, provendo informações e prestando serviços necessários para o desenvolvimento de suas atividades profissionais e benefícios decorrentes da sua relação com o governo;
G2G - Governo-Governo	Caracterizada pela interação dos diferentes agentes governamentais e governos nas diferentes esferas (municipal, estadual e federal), provendo informações, prestação de serviços e processamento de transações para o desenvolvimento de suas atividades.

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos modelos de referência de Barbosa, Faria e Pinto (2004).

Marcondes e Jardim (2003) endossam que o Governo Eletrônico originou-se das políticas públicas desenvolvidas, sobretudo, em países anglo-saxônicos. As políticas públicas informacionais, por vez, constituem o elenco de

premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social que contemplam os diversos aspectos [...] relativos à produção, uso e preservação da informação de natureza pública e privada” (JARDIM; SILVA; NINHARRELUGA, 2009)

Entretanto, Gontijo (2002), fundamentada em Frohmann, adverte que a literatura existente na Ciência da Informação interpreta as políticas de informação no prisma da produção documental e arquivística do governo, e “restringe os estudos aos problemas da produção, organização e disseminação da informação científica e técnica” (GONTIJO, 2002, p. 181). As políticas públicas devem transcender estes aspectos tecnicistas e concentrar-se na “informação como elemento transformador da sociedade nas esferas governamentais, organizacionais e privadas” (MARCIANO, 2006, p.44).

As atividades inerentes aos *websites* (transparência e conteúdos das ações governamentais) contribuem para a melhoria dos processos interativos entre os governos e os cidadãos, segundo Gomes (2005), Marques (2005), Pinho, Iglesias e Souza (2006). Os *websites* deverão promover a interação entre governo-cidadão e a transparência governamental por meio da informação, mesmo que as “tentativas de democratização via ambiente digital não funcionem perfeitamente, ou que nem todos os cidadãos queiram participar (ou não tenham como participar) de modo espontâneo e cívico”. (MARQUES, 2005, p. 139). Por esse motivo, seria contraproducente desconsiderar a importância das políticas de inclusão digital, pois estas se revelam fundamentais para a participação política, ampliando o acesso a conteúdos informacionais digitais às camadas sociais menos favorecidas. Assim, compete ao governo e representantes políticos atentarem para o potencial informacional da internet, com iniciativas que promovam de fato interconexões com os cidadãos, fomentando as políticas

de inclusão sócio-digital, a participação e a discussão política.

Diversos estudos abordam a questões relacionadas à internet, informação e participação política, a exemplo dos trabalhos de Parreiras, Cardoso e Parreiras (2004); Borges, Nascimento e Silva (2005); Egler (2005); Polat (2005); Santos (2005); Marzouki e Méadel (2006); Amaral e Pinho (2008), entre tantos outros. A pesquisa que desenvolvemos propõe, no entanto, investigar os *websites* dos deputados estaduais do Estado da Bahia, a partir dos conteúdos informacionais existentes no *site* da ALBA. Adotar-se-á a tabela dos níveis proposta por Marques (2007), mais precisamente o quarto nível, que trabalha com o “ideal” de participação política dos cidadãos através das páginas da internet com informações políticas aprofundadas, “disposto a envolvê-lo no processo de produção da decisão política”.

3 A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

A ALBA, localizada no Centro Administrativo da Bahia – CAB, em Salvador, representa o Poder Legislativo através dos deputados estaduais do Estado da Bahia, órgão superior de cada Estado. Atualmente conta com 63 deputados estaduais, na 16ª legislatura (2007-2011), eleitos pelo voto direto.

O deputado estadual, de acordo com a Constituição brasileira (BRASIL, 1988), é compreendido como o representante do cidadão na esfera estadual e seu mandato é de quatro anos, com possibilidades de reeleição. Compete ao deputado estadual “legislar, propor, emendar, alterar, revogar e derrogar leis estaduais. Além de fiscalizar as contas do governo estadual, criar Comissões Parlamentares de Inquérito e outras atribuições referentes ao cargo” (FREITAS, 2009).

A opção pelos *websites* de deputados estaduais da ALBA como objeto de análise justifica-se pela incipiência de estudos relacionados à ALBA, apresentando, assim, um objeto pouco explorado para o entendimento das condições de participação política dos cidadãos a partir das ferramentas interativas disponibilizadas nos referidos *websites*. Aspectos relacionados ao modelo de avaliação, assim como os métodos e técnicas adotados na pesquisa, serão analisados na próxima seção.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Com a abordagem dialética, o estudo inicial sobre o tema deste projeto revela contradições existentes entre a disponibilidade de conteúdo informacional de cunho político no ciberespaço, prerrogativa para a participação do usuário-cidadão nas discussões e deliberações políticas, e a efetividade dos canais interativos (*e-mails*, fóruns, ouvidoria *on-line* e outros) na comunicação entre os cidadãos e o governo. Observa-se, desta forma, um distanciamento discursivo e prático deste fenômeno, ou seja, a importância das TIC para a ampliação do processo democrático para a discussão e deliberação política, aproximando os cidadãos e o governo através dos canais interativos. Na contramão do processo de participação política, os representantes políticos desconsideram as potencialidades de interação proporcionadas TIC, apesar de investimentos maciços em tecnologias, preferindo a comunicação a partir destes meios.

Segundo Gil (1987, p.31), o método dialético pode ser entendido como o método de interpretação da realidade, fundamentando-se em três princípios:

- a) Unidade dos opostos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos;
- b) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características iminentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados;
- c) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes.

Quanto ao método de procedimento, a pesquisa inicialmente adotará a categoria estruturalista, pois o desenvolvimento desta partirá de um fenômeno concreto (página da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia - ALBA) para o abstrato. Ao transitar do concreto para o abstrato (vice-versa), o método estruturalista dispõe de um modelo para analisar

a realidade concreta dos diversos fenômenos da pesquisa. Lakatos e Marconi (1992, p.106) afirmam que os métodos de procedimento apresentam-se com etapas mais concretas da investigação, “com a finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos”.

A pesquisa classifica-se como descritiva por objetivar “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.46), determinando a natureza desta relação. Neste projeto, propõe um estudo que se pauta na relação dos canais de comunicação disponíveis na ALBA, mais especificamente as iniciativas dos deputados estaduais que possuíam *websites*, e o intercâmbio e disseminação de conteúdos informacionais entre governo e usuário-cidadão. Para a análise dos dados obtidos nesta pesquisa, adotou-se a análise qualitativa e quantitativa como subsídio importante para a análise e tabulação dos dados.

A pesquisa desenvolvida caracterizou-se como descritiva. Segundo Cervo e Bervian (2002), a pesquisa descritiva propõe observar, registrar, analisar e correlacionar as variáveis sem, necessariamente, manipulá-los. Os estudos descritivos, por vez presentes neste projeto, visam a compreensão das “diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, [desde] grupos e comunidades mais complexas” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 66). Assim, os dados desta pesquisa precisam ser coletados e registrados sistematicamente para a exequibilidade do estudo.

Para a coleta de dados, aplicou-se o formulário dos **Níveis de Participação dos Cidadãos: a Escala de Avaliação** (instrumento de pesquisa), desenvolvido e proposto por Marques (2007). Importante ressaltar que foram adaptadas as ferramentas do quarto nível por esta aproximar “do que pode ser idealmente oferecido para aperfeiçoar a participação política dos cidadãos através dos *websites* dos [deputados]” (MARQUES, 2007, p.8). O quarto nível refere-se às ferramentas aperfeiçoadas para a participação política, na qual os representantes políticos apresentam disposição para envolver os cidadãos no processo de participação política. Para a tabulação dos dados, adaptou-se o formulário para uma planilha no programa *Office Excel*.

O estudo envolve apenas os deputados que possuem *websites* registrados na ALBA para, na análise posterior, verificar as possibilidades de participação dos cidadãos a partir destas páginas. Ressalta-se que este artigo apresenta dados preliminares que auxiliarão no aprofundamento da pesquisa de mestrado em andamento.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O levantamento dos dados na página da ALBA aconteceu em dois momentos: maio

e dezembro de 2009. A pesquisa realizada em dezembro objetivou confirmar ou atualizar os dados obtidos na primeira etapa da pesquisa. Importante ressaltar que não houve avanços no intervalo entre os meses analisados, ou seja, os dados obtidos permaneceram sem alterações.

Dentre 63 deputados estaduais analisados, apenas 22 possuíam *websites*, aproximadamente 35% do universo. As páginas dos deputados Joélcio Martins, Fátima Nunes e Ronaldo Carletto estavam inativas nos dois momentos pesquisados, impossibilitando a análise das mesmas. Segue a lista dos deputados analisados:

QUADRO 2 – Deputados estaduais e os respectivos *websites* analisados

PARTIDO	DEPUTADO ESTADUAL	WEBSITE
DEMOCRATAS	Eliedson Ferreira	http://www.eliedsonferreira.com.br
	Heraldo Rocha	http://www.heraldorochoa.com.br/
	Júnior Magalhães	http://www.juniormagalhaes.com.br/
	Rogério Andrade	http://www.rogerioandrade.com.br/
PMDB	Arthur Maia	http://www.arthuroliveiramaia.com.br/
	Virgínia Hagge	http://www.virginiahagge.com.br/
PR	Gilberto Brito	http://www.gilbertobrito.com.br/
	Sandro Régis	http://www.sandroregis.com.br/
PSB	Capitão Tadeu	http://www.capitaotadeu.com.br
PT	Isaac Cunha	http://www.isaac Cunha.com.br/
	Waldenor Pereira	http://www.waldenor.com.br/
	Yulo Oiticica	http://www.yulo.com.br/
	Zé Neto	http://www.zeneto.com.br/
PP	Luiz Augusto	http://www.deputadoluizaugusto.com.br/
PSDB	Sérgio Passos	http://www.sergiopassos.com.br/
PTN	João C. Bacelar	http://www.joaocarlosbacelar.com.br/
PC DO B	Edson Pimenta	http://www.edsonpimenta.com.br/
	Javier Alfaya	http://www.javier.com.br/
PRP	Antônia Pedrosa	http://www.antoniapedrosa.com/

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observou-se, nas análises empreendidas, que os *websites* convertiam-se em espaços para a propaganda política dos deputados. As informações disponibilizadas relatavam, prioritariamente, a atuação dos políticos no âmbito governamental, além de registrar outras páginas de utilidade pública, como o Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC, Bombeiros, Polícia Militar, outros. Quanto às possibilidades de participação, as ferramentas interativas oferecidas nas páginas limitavam-se, em linha geral, em disponibilizar *e-mails* e telefone.

A maioria dos sites de deputados analisados disponibilizava vídeos e áudios relativos às suas atividades políticas. Porém, esses recursos audiovisuais condizem ao modelo de comunicação assimétrica, ou seja, de sentido único, distante da concepção prevista da comunicação simétrica (interativa). Outro ponto importante observado condiz ao acesso aos boletins eletrônicos. O usuário receberia na caixa de *e-mail*, a partir do cadastro prévio, informações atualizadas relativas ao seu representante político.

Nos *websites* analisados, não foram encontrados fóruns públicos para discussão. O fórum constitui um importante canal para participação política, pois permite a proposição de assuntos variados que, por assim dizer, originariam do interesse público. Os fóruns de discussão permitem, também, estabelecer redes entre os atores sociais, como cidadão-político, político-cidadão e cidadão-cidadão. O principal canal para a interação utilizado pelos deputados é a utilização de *e-mail* e telefone, e em muitos casos o usuário deveria preencher os campos preestabelecido do sistema para encaminhar a mensagem ao deputado.

Parece haver pouco interesse entre os deputados quando o assunto é inclusão digital, pois não houve registro nos *websites* indicando centros de acesso à internet ou mesmo indicação de salas públicas oferecidas pelos próprios deputados. Infere-se, desta forma, que os deputados analisados não atentam para a importância das políticas de inclusão digital. Marcondes e Jardim (2003) registram que o estímulo ao acesso à internet, indicando pontos de acesso em instituições públicas ou comunitárias, constitui um dos principais objetivos do Governo Eletrônico.

No quesito referente à disponibilidade de instruções para agendar uma audiência com o deputado, 53% dos *websites* analisados possibilitam estabelecer o contato com o político apenas no formato *on-line* e 47% nos dois formatos (*off-line* e *on-line*). Sobre esse aspecto deduz-se, novamente, a importância da inclusão digital no processo de inserção dos indivíduos no quesito relacionado à participação política.

Quanto ao oferecimento de oportunidades de encontros presenciais (*face-a-face*) com os deputados, 84% das páginas convidam os cidadãos para o encontro com o deputado sem a necessidade de registro prévio. Esta perspectiva será abordada com o desdobramento da pesquisa, quando serão testadas as ferramentas eletrônicas para a participação política.

O *website* da deputada Antônia Pedrosa é o mais distante da concepção prevista no Governo Eletrônico, pois muitos *links* que possibilitariam a interação com os cidadãos e mesmo conteúdos informativos de cunho político estavam inativos, mesmo seções do *e-mail* e "Sobre a deputada".

Poucos foram os *websites* dos políticos que apresentaram uma estrutura mais próxima, a partir das ferramentas do quarto nível, para a participação política. Os deputados Heraldo Rocha (Democratas) e Zé Neto (Partido dos Trabalhadores), por exemplo, obtiveram o percentual de 62% cada através da disponibilização de ferramentas que ampliem a participação política.

No site do deputado Heraldo Rocha há uma seção para *Enquete*, *TV Heraldo* e o *Espaço do internauta*, canal utilizado para sanar dúvidas, fazer proposições. No caso de Zé Neto encontra-se uma seção para a prestação de contas da campanha de 2006 (com possibilidades para *download*); informação sobre o debate público; seção "Fale com Zé" e "Rádio Zé"; agenda de compromisso e o *Chat*, mas estava inativo. Pode-se inferir, no entanto, o reconhecimento do deputado quanto à importância deste último canal no processo de discussão política.

6 CONCLUSÕES PARCIAIS

A diminuição das barreiras de acesso à informação reconfigura toda a estrutura tradicional da prática política. Consultar oportunidades de emprego; contatar representantes políticos;

acompanhar a utilização das verbas públicas ou propor agenda de discussão das políticas públicas torna-se possível a partir das tecnologias de informação e comunicação, na qual os governos apropriam-se desses canais para disponibilizar serviços vários aos cidadãos.

A democracia, nesse contexto, atravessa por modificações influenciadas pela cultura do ciberespaço, na qual os governos passaram a disponibilizar serviços de utilidade pública direcionados ao cidadão. Desta forma, o Governo Eletrônico (*e-government*, *e-gov*, *e-governo*) inclui qualquer relação entre governo e cidadão através da tecnologia da informação, prestação de serviços públicos diversos, maior participação dos indivíduos no processo decisório, transparência nas transações governamentais e *accountability*, ou seja, prestação de contas (tradução mais próxima para o português)

A metodologia adotada na pesquisa tem se mostrado eficiente para a análise dos dados coletados. Os resultados inferem o estado incipiente dos *websites* dos deputados do Estado da Bahia quanto às oportunidades de participação política em rede. A ausência de fóruns de discussão nas páginas analisadas, assim como oportunidades para acessar informações governamentais, demonstra o distanciamento das propostas acerca do Governo Eletrônico. Parece, de qualquer forma, que os políticos estudados perceberam, ante estas inúmeras transformações, a influência que as tecnologias de informação e comunicação exercem nas sociedades contemporâneas, mesmo utilizando os recursos viabilizados pela internet de forma limitada, amadora, sem interatividade mútua, como autêntica “vitrine” política.

ELECTRONIC GOVERNMENT AND POLITICAL PARTICIPATION IN THE MEMBERS' WEBSITES OF THE LEGISLATIVE ASSEMBLY OF BAHIA

Abstract

Information technology and communication, with the Internet, enhance a space for political deliberation and discussion, getting citizens and governments closer through interactive resources such as e-mails, forums, on-line ombudsmen, chats and others. There is, thus, the increased effort and investment from governments and political representatives to organize, manage and provide public interest information on the web, constituting the Electronic Government. Thus, the aim of this article was to investigate the conditions for political participation by citizens concerning the interactive tools on the members' websites of the State of Bahia. With a descriptive nature, this study sought to identify only those sites registered by members of the Legislative Assembly of the State of Bahia - ALBA. In data's tabulation, the fourth level of the form Levels of Citizen Participation: The School Review, proposed by Marques (2007), was adapted to a spreadsheet program in Office Excel. To discuss these issues, the qualitative and quantitative analysis was used. Partial results of this master's research in development at the Graduate Program on Information Science at the Federal University of Bahia - PPGCI / UFBA, infer the incipient state of the members' websites of the State of Bahia as to the opportunities for political participation in network, not following the principles that rule the electronic government.

Keywords:

Electronic Government, Political Participation; Legislature of the State of Bahia - ALBA.

Artigo recebido em 17/09/2010 e aceito para publicação em 10/04/2011

REFERÊNCIAS

- AMARAL, M. S.; PINHO, J. A. G. de. Sociedade da Informação e democracia: procurando a *accountability* em Portais Municipais da Bahia. In: ENCONTRO DA ANPAD, 32, Rio de Janeiro, 2008. 1 CD-ROM.
- BARBOSA, A. F.; FARIA, F. I. de; PINTO, S. L.. Governo eletrônico: um modelo de referência para a sua implementação. In: CONGRESSO ANUAL DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO, 2004, FGV: EAESP. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/19564/19128>. Acesso em: 25 jan. 2010.
- BORGES, J.; NASCIMENTO, J.; SILVA, H. P. da. Análise das informações disponibilizadas no portal de serviços e informações do Governo Federal. **Diálogo Científico**, 2005. Disponível em: <http://dici.ibict.br/archive/00000526/01/JoaniceJussaraHelena.pdf>. Acesso em: 20 out. 2008.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.
- EGLER, T. T. C.. Interação eletrônica no Governo do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), 29, 2005, Caxambu - MG., p. 58-62 Disponível em:< cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2005_058.content.pdf>. Acesso em: 17 out. 2008.
- FREITAS, E. de. [Política: deputado estadual]. **Brasil Escola**. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/politica/deputado-estadual.htm>. Acesso: 20 maio 2009.
- GIDDENS, A.. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- _____. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.
- GOMES, W.; MAIA, R. C. M. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008.
- GOMES, W.. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n.27, ago. 2005, p.58-78. Disponível em: <www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/27/27_wilsongomes.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2008.
- GONTIJO, M. Análise da proposta brasileira de e-governo como expressão de uma política de informação a partir do conceito de regime de informação. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.7, n.2, p.179-188, jul./dez. 2002.
- JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S.. Análise das políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n.1, Belo Horizonte, jan./abr., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v14n1/v14n1a02.pdf >. Acesso em: 17 set. 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A.. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1992.
- MARCIANO, J. L. P.. Bases teóricas para a formulação de políticas de informação. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.16, n.2, p.37-50, jun./dez. 2006.
- MARCONDES, C. H.; JARDIM, J. M.. Políticas de informação governamental. A construção de governo eletrônico na Administração Pública Federal do Brasil. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v.4, n.2, abr/03.
- MARQUES, J.. A democracia eletrônica em dois momentos. In. LEMOS, André. **Cibercidade II**:

Ciberurbe. A cidade na sociedade da informação. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

_____. Internet e oportunidades de participação política: um exame dos *websites* de senadores brasileiros e norte-americanos. **Revista Fonteiros** - Estudos Midiáticos, v. 9, n.3, set/dez. 2007.

MARZOUKI, M.; MÉADEL, C.. La corégulation d'internet comme instrument d'action publique: démocratie deliberative ou organisation des pouvoir? In: COLLOQUE INTERNATIONAL DÉMOCRATIE PARTICIPATIVE EN EUROPE, Toulouse, France, p. 27-33, nov., 2006.

NHARRELUGA, R. S.. O governo eletrônico como uma política pública de informação. **PontodeAcesso**, Salvador, v.3, n.2, p.147-157, ago. 2009.

PARREIRAS, T. A. S.; CARDOSO, A. M. P.; PARREIRAS, F. S. Governo eletrônico: uma avaliação do site da Assembléia Legislativa. **CINFORM**, 5, 2004. Disponível em: <<http://www.netic.com.br/docs/publicacoes/pubo006.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2008.

PINHO, J. A. G. de. Internet, governo eletrônico, sociedade e democracia no Brasil: algumas

questões básicas em debate. **Revista VeraCidade**, v.7, p.35-49, 2008.

PINHO, J. A. G. de; IGLESIAS, D. M.; SOUZA, A. C. P. de. Portais de governo eletrônico de estados o Brasil: muita tecnologia e pouca democracia. **ENCONTRO DO ANPAD**, 30, Salvador, 2006. 1 CD-ROM.

POLAT, R. K.. The Internet and political participation: exploring the explanatory links. **European Journal of Communication**, n.20, v.4, 2005. Disponível em: <<http://ej.sagepub.com/cgi/content/abstract/20/4/435>>. Acesso em: 19 ago. 2008.

SANTOS, L. A. dos. Prestação de contas, acesso a informação e participação e processo decisório governamental. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10, Santiago, Chile, p.1-20, oct. 2005.

TSAGAROUSIANOU, R.; TAMBINI, D. ; BRYAN, C. (Ed.). **Cyberdemocracy: technology, cities and civic networks**. London: Routledge, 1998